



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

1.1. **Unidade Orçamentária:**

1.1.1. Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:**

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento aos ditames contidos na Lei nº. 14.133/2021, da Lei Complementar nº123/06 atualizada pela Lei Complementar 147/14, Decreto Federal 11.462/2023, Decreto Estadual nº 28.874/2024 e suas alterações, que trata do procedimento interno para as aquisições públicas do Estado de Rondônia e considerando o Documento de Oficialização de Demanda 04 (0045110026), com a finalidade de aquisição de material de consumo, para atender as necessidades do Governo do Estado de Rondônia.

3. **DO OBJETO:**

3.1. Aquisição de materiais de consumo e permanente para atender esta Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

4. **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES:**

4.1. **Das especificações**

4.1.1. Os materiais deverão estar conforme as especificações descritas abaixo.

ITEM	MATERIAL	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID. DE MEDIDA
01	Álcool gel 70%	429225	Hidratado 70º INPM, Frasco de 500ml, neutro, antisséptico, elimina 99,99% das bactérias, não deixa as mãos ressecadas, secagem rápida, com validade mínima 1(um) ano, a contar do recebimento.	15	Unidade
02	Álcool gel 70%	429225	Com esferas hidratantes de vitamina E, higienizante, com fragrância, hidratado 70º INPM, Frasco de 500ml, assepsia, elimina 99,99% das bactérias, não deixa as mãos ressecadas, não deixa as mãos pegajosas, secagem rápida, com validade mínima 1(um) ano, a contar do recebimento.	20	Unidade
03	Água sanitária	310507	Base hipoclorito de sódio, concentração mínima de 2% de cloro ativo, uso doméstico. Frasco de 1 litro. Com validade mínima 1(um) ano, a contar do recebimento.	16	Unidade
04	Flanela branca	420506	100% algodão, limpeza multiuso, dimensões de 38 x 50 cm.	10	Unidade
05	Pano flanelado branco	420506	100% algodão, para confecção de coador de café.	10	Metro
06	Espanja lava - louça	7042	Espuma de poliuretano, fibra sintética, resina sintética e abrasivo, dupla face, macia e áspera.	10	Unidade
07	Papel toalha interfolhado	481231	Folha dupla 21 x 22 cm, 1 pacote contendo 200 folhas, textura macia e secagem rápida, usado para secar as mãos em banheiros e cozinhas, na limpeza de vidros e para absorção de líquidos em diversas superfícies.	40	Pacote
08	Detergente líquido	345423	Concentrado, com fragrância suave, excelente ação desengordurante biodegradável, frasco 500 ml. Com validade mínima de 1(um) ano, a contar do recebimento.	18	Unidade
09	Sabão em barra	228712	Sabão de ácidos graxos de sebo e óleos vegetais, hidróxido de sódio, glicerina, carga, fragrância suave, pH sol. 1,0%, com validade mínima de 1(um) ano, a contar do recebimento.	8	Pacote
10	Papel toalha	416699	Papel toalha em rolo para cozinha 22x20cm, pacote com 2 unidades.	30	Pacote
11	Ebulidor elétrico	467611	Rabo quente eletrônico, 1200W, 127V.	6	Unidade
12	Pilha alcalina	419859	Tamanho AA, com voltagem nominal de 1.5V, cartela com 4 unidades.	10	Cartela
13	Pilha alcalina	419860	Tamanho AAA, com voltagem nominal de 1.5V, cartela com 4 unidades.	10	Cartela
14	Marca texto	339197	Cor: Amarelo Neon, tinta de composição de brilho de alta intensidade, ponta chanfrada de poliéster. Caixa c/12 unidades.	1	Caixa
15	Marca texto	338120	Cor: Azul, tinta de composição de brilho de alta intensidade, ponta chanfrada de poliéster. Caixa c/12 unidades.	1	Caixa
16	Marca texto	335178	Cor: Rosa, tinta de composição de brilho de alta intensidade, ponta chanfrada de poliéster. Caixa c/12 unidades.	1	Caixa
17	Pincel para quadro branco	345055	Cor: Azul, ponta macia, apaga facilmente, ponta de poliéster 6.0 mm, espessura de escrita 2.3 mm. Caixa c/12 unidades.	1	Caixa

18	Pincel para quadro branco	345053	Cor: Preto, ponta macia, apaga facilmente, ponta de poliéster 6.0 mm, espessura de escrita 2.3 mm. Caixa c/12 unidades.	1	Caixa
19	Caneta esferográfica	462546	Cor: Azul, Tinta de alta performance, escrita macia, Ponta Esferográfica de Tungstênio Ultra Resistente, ponta média de 1.0 mm, longa duração, tampa ventilada, cor intensa e secagem rápida. Caixa c/50 unidades.	1	Caixa
20	Post-it multicolor	412152	Bloco de notas adesivas, 76mm x 76mm, 450 folhas, retangular. Pacote c/5 unidades.	10	Pacote
21	Garrafa térmica	304512	Jato forte e estabilidade ao bombear, anti vazamento, conserva líquidos quentes por no mínimo 6 horas e frios por até 12 horas; com ampola de vidro e acabamento em aço inox polido, capacidade: 1,8 L	6	Unidade
22	Garrafa térmica	455619	Jato forte e estabilidade ao bombear, anti vazamento, conserva líquidos quentes por no mínimo 6 horas e frios por até 12 horas, com ampola de vidro e acabamento em aço inox polido, capacidade: 1L	4	Unidade
23	Carrinho de compras	273078	Carrinho de Compras 160L ~ 200L, sem cadeirinha para bebê, confeccionado em arames de aço, composto por 4 rodas de poliuretano macio com rolamento, sendo 02 (dois) rodízios giratórios na dianteira, e na traseira 02 (dois) rodízios fixos tipo sapata, bordas arredondadas.	1	Unidade
24	Café	463593	Torrado e moído, embalagem a vácuo, primeira qualidade pacote com 500 g, com validade mínima de 1(um) ano, a contar da data do recebimento, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café-ABIC.	750	Unidade
25	Açúcar	343582	Tipo cristal, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar. Pacotes com 2Kg; Validade mínima 1(um) ano, a contar do recebimento.	350	Unidade
26	Copo descartável	612245	Copo descartável para água de 180 ml, Aplicação: Servir bebidas quentes ou frias para consumo imediato. Fabricação em material poliestireno de primeira qualidade e sem uso. Os copos devem ser homogêneos, não parafinados, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. Não devem apresentar sujidade, interna ou externamente. Durante a utilização devem suportar as condições de uso a que se destinam, como temperatura e umidade, sem apresentar vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, bem como estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 14865/ 2002 vigentes sobre o produto. Capacidade Volumétrica: 180 - Apresentação: Os copos devem ser dispostos em embalagens (mangas) de 100 unidades, de modo a facilitar o manuseio e contagem.	35	Caixa
27	Água mineral	445484	Água mineral sem gás, acondicionada em garrafa de 500 ml.	400	Unidade

5. **DAS QUANTIDADES:**

5.0.1. Para todos os itens o método de aferição das quantidades foi efetivado conforme consumo estimativo, de acordo com as informações contidas nos Processos Administrativos anteriores ID (0070.000034/2023-75), (0070.068221/2022-75), levando-se em conta o disposto no artigo 40, inciso III da Lei 14.133/21, que dispõe que a quantidade estimada deve ser com base em consumo realizado anteriormente, e considerando as necessidades atuais para consumo e utilização, bem como, a contratação de estagiários, cedência de servidores e demais variáveis que eventualmente possam afetar o consumo dos materiais solicitados.

6. **DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

6.1. A presente contratação visa a recomposição do estoque do almoxarifado de materiais de limpeza e utilidades com entrega imediata para atender esta Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC. Tal aquisição é necessária para garantir a adequada realização das atividades na copa e sua manutenção, limpeza e conservação, tendo em vista ser um ambiente que utiliza produtos alimentícios e aquisição de outros materiais essenciais ao cumprimento da missão institucional e apoio logístico às atividades diárias desta SETIC, no desempenho das suas atribuições corriqueiras.

7. **DA ESTIMATIVA DO PREÇO:**

7.1. O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 21.766,93** (vinte e um mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), conforme Cotação Estimativa para o ETP (0045683755) .

8. **DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:**

8.1. **Do local:**

8.1.1. Os materiais devem ser entregues na sede da SETIC, sito à Av. Farquar, 2986, Pedrinhas, Porto Velho - RO (Palácio Rio Madeira, edifício Rio Cautário, 6º andar) de segunda a sexta-feira das 07:30 às 12:00 horas.

8.1.2. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (69) 3212-9525 ou na sede da SETIC, localizada na Av. Farquar, 2986, Pedrinhas, Porto Velho - RO (Palácio Rio Madeira, edifício Rio Cautário, 6º andar) de segunda a sexta-feira das 07:30 às 12:00 horas.

8.2. **Do prazo:**

8.2.1. O prazo de entrega será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento. Este prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração;

8.2.2. O produtos deverão ser entregues conforme as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência, mediante recebimento da Ordem de Fornecimento, sendo que a inobservância desta condição implicará em recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;

8.2.3. O proponente vencedor obrigar-se-á entregar os produtos, no local indicado pela SETIC, sendo de sua total responsabilidade a reposição do mesmo, a qualquer tempo, nos casos em que eventualmente, venha a ser constatado irregular ou desconforme;

8.3. **Das condições de recebimento e da forma de entrega:**

8.3.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, conforme preconiza o Art.140, inciso II, alínea "b" da Lei 14.33/2021.

8.3.2. Forma de recebimento:

8.3.3. **Definitiva:** após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **05 (cinco) dias úteis**.

8.3.4. Os materiais de consumo e permanentes serão recebidos pela Comissão de Recebimento de Materiais nomeada na Portaria nº 64 de 20 de abril de 2023 e 113 de 02 de agosto de 2023 da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação de Comunicação, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues;

8.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual;

8.3.6. Os itens oferecidos e entregues pela contratada deverão obedecer rigorosamente às especificações contidas neste Termo de Referência, sob pena de não ser aceito pelo agente responsável pelo recebimento, sem prejuízo das sanções administrativas e legais;

8.3.7. Caso sejam insatisfatórias as licenças, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os itens em questão serão rejeitados, devendo ser substituídos em tempo hábil para que não prejudique o andamento das atividades da CONTRATANTE, quando se realizarão novamente as verificações constantes nos itens referenciados, ficando suspenso o pagamento da nota fiscal/fatura, até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, caso em virtude disso ocorra atraso de entrega;

8.3.8. Aceito o objeto, será atestada a Nota Fiscal, autorizando o pagamento;

8.3.9. Não aceito, será comunicado à empresa ADJUDICATÁRIA, para que proceda a respectiva e imediata substituição, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, para que se possa adequar o efetivamente entregue com o que efetivamente se pretende adquirir;

8.3.10. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto no referido instrumento convocatório e seus anexos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme determina a lei;

8.3.11. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância contida na *alínea "b" do Inciso II do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021*;

8.3.12. Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos diferentes daqueles constantes na proposta.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Os recursos orçamentários correrão por conta dos seguintes PA:

9.1.1. SETIC - **11.007.04.122.1015.2087**, Natureza da despesa: **44.90.52**, Fonte de recurso: **1500**;

9.1.4. SETIC - **11.007.04.122.1015.2087**, Natureza da despesa: **33.90.30**, Fonte de recurso: **1500**.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Da Contratante

10.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da CONTRATADA;

10.1.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Termo de Referência;

10.1.3. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;

10.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos equipamentos entregues, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

10.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

10.1.7. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pela CONTRATADA, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

10.2. Da Contratada/Fornecedor

10.2.1. Corrigir, incontinenti, às suas custas, sem qualquer ônus para a SETIC e dentro do prazo compatível, quaisquer falhas ou imperfeições originadas do fornecimento contratado durante o prazo de garantia;

10.2.2. Dar integral cumprimento a sua proposta;

10.2.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;

10.2.4. Recolher aos cofres da SETIC, conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;

10.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.6. Entregar o objeto adquirido na qualidade e forma exigidas no presente Termo de Referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

10.2.7. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

10.2.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada;

10.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, nos termos do Art.91, Inciso XVI, da Lei Federal 14.133/2021;

10.2.10. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas;

10.2.11. Notificar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha causar impedimentos na entrega do objeto, justificando que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado;

- 10.2.12. Declarar que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, observadas as penalidades cabíveis;
- 10.2.13. Declarar a conformidade com o disposto no art. 12 da Constituição do Estado de Rondônia.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O faturamento será constituído do valor apurado, com base única e exclusivamente no quantitativo dos materiais entregues e atestados, conforme Notas de Empenho emitidas, incluindo todos os custos diretos e indiretos pertinentes, mediante a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica pela contratada (ou outra, com descrição detalhada de todos os itens faturados, desde que atenda a legislação tributária vigente), devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do Contrato ou Nota de Empenho, e os dados bancários da CONTRATADA (nº banco, nº agência e nº da conta corrente, somente no caso destes não corresponderem ao informado na licitação e contrato) para aceite, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao Termo de Recebimento;
- 11.2. A Administração procederá o recebimento e conferência dos produtos, conforme competências definidas neste Termo de Referência, consoante aos valores e itens mencionados no documento fiscal apresentado pela Contratada, no prazo definido neste instrumento, procedendo ao ateste de conformidade pela Administração;
- 11.3. A liquidação e processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelos fiscais e comissão de recebimento do Contrato, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenham sido verificadas, será efetuado pela SETIC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da documentação, quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Estado, conforme o caso, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos; ou regularização e posterior inclusão para pagamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do retorno dos autos, no caso de apontamentos do órgão de controle;
- 11.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo;
- 11.5. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida;
- 11.6. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
- 11.7. O pagamento da Nota Fiscal correspondente ao valor definitivo processado pela Administração se dará através da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN ou setor equivalente competente, mediante emissão de Ordem Bancária, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (verificação de conformidade da documentação);
- 11.8. Nenhum pagamento controverso será efetuado, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária;
- 11.9. Na hipótese das notas fiscais apresentadas conterem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas. Neste caso restabelecem-se os prazos acima elencados contados a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento, conforme a fase processual correspondente;
- 11.10. A contratada, caso vença mais de um dos itens, deverá, antes de emitir a nota fiscal, entrar em contato com a contratante para verificar, se o bem é classificado como consumo ou permanente, os quais deverão ter suas notas fiscais emitidas separadamente conforme a sua classificação, consumo ou permanente.
- 11.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 11.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;
- 11.13. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, conforme o caso e exigências legais aplicáveis;
- 11.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 11.15. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;
- 11.16. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas;
- 11.17. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo;
- 11.18. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato;
- 11.19. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária;
- 11.20. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento;
- 11.21. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a comprovação de recolhimento de encargos sociais cabíveis, bem como a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa da Receita Estadual, Municipal e

Federal, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e das demais exigências legais em vigência, sendo aceitas as Certidões Positivas com efeito de negativas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos, e demais obrigações legais.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- 12.1. A fiscalização da entrega será realizada pelos servidores nomeados na Portaria nº 64 de 20 de abril de 2023 e 113 de 02 de agosto de 2023 da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação de Comunicação, que irão fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do Art. 117, §1º, da Lei 14.133/21, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues;
- 12.2. A gestão do Contrato será realizada pelos servidores designados na Portaria nº 157 de 01 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado, ed. 229 de 01 de dezembro de 2022, página 101;
- 12.3. Os esclarecimentos solicitados deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;
- 12.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Da habilitação jurídica:

- 13.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- 13.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- 13.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 7.775, de 2012](#).
- 13.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).
- 13.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 13.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva."

13.2. Da regularidade fiscal:

- 13.2.1. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal – unificada da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais – unificada pela Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- 13.2.2. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da Licitante; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- 13.2.3. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da Licitante; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- 13.2.4. Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de "Certidão Positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 13.2.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.2.6. Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT relativa a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Art. 642-A da C.L.T.), certidão expedida gratuita e eletronicamente. NÃO CONTEMPLADA PELO SICAF podendo a Pregoeira emitir via on-line caso as partes deixem de apresentar;
- 13.2.7. Ao que se referem às certidões especificadas nos subitens anteriores, para fins de habilitação no certame, também serão aceitas certidões de regularidade fiscal POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVAS.

13.3. Da regularidade trabalhista

- 13.3.1. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT ou Certidão Negativa com efeitos de positiva, relativa a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Art. 642-A da C.L.T.), podendo ser certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa. Certidão expedida gratuita e eletronicamente.

13.4. Declarações, conforme inciso IV e § 1º do art. 63 da Lei 14.133/21:

- 13.4.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- 13.4.2. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 13.4.3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14. DAS SANÇÕES

- 14.1. A LICITANTE está sujeita a aplicação das sanções previstas nos Artigos 155 até 163 da Lei 14.133/21, além daquelas determinadas por legislação específica, decretos e regulamentos;
- 14.2. A aplicação das sanções, não exclui, em hipótese alguma a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.3. São infrações administrativas - nos termos do Artigo 155 da Lei 14.133/21:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)"

14.4. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

14.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais, conforme a tabela abaixo. Importante frisar que a referida tabela elenca apenas as principais situações, não eximindo a contratada de outras que possam surgir e que não estejam previstas, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
Para os itens a seguir, deixar de:			
1.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
2.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
3.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia
4.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
5.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

** Incidente sobre a parte inadimplida do contrato.*

14.5.1. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.5.2. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

14.5.3. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

14.5.4. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

14.5.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.5.6. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

14.5.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.8. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.9. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.10. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

14.5.11. A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas na legislação vigente;

14.5.12. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente;

14.5.13. As sanções aqui previstas, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

14.5.14. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15.1. No fornecimento do objeto, se for o caso, a empresa contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme disposições constantes no Art. 5º da Lei 14.133.

16. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 16.1. O critério de julgamento será o de menor **preço por item**, desde que atendidas às exigências do Termo de Referência;
- 16.2. As propostas serão submetidas à Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC, para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes nesse Termo de Referência e parecer sobre a aceitabilidade das mesmas;
- 16.3. Na proposta deverão constar o preço unitário e total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham a ocorrer;
- 16.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem o acima disposto.

17. **DA APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA**

- 17.1. A contratação será realizada conforme preconiza art. 4º da Lei 14.133/21, combinado com o art. 48, inciso III da Lei Complementar 123/06, para Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

18. **DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:**

- 18.1. Nesta contratação serão empregados meios alternativos para a resolução pacífica de conflitos, desde que as controvérsias não estejam relacionadas com direitos patrimoniais indisponíveis, considerando o Princípio da Indisponibilidade, na forma da Constituição Federal e do Capítulo XII da Lei Federal 14.133/21.
- 18.2. Caso não seja possível a resolução pacífica fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19. **DOS ANEXOS**

- 19.1. Anexo I - SAMS (0045717739);
- 19.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar (0045268888);
- 19.3. Anexo III - Cotação Estimativa para o ETP (0045683755).

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração:

RICARDO FERNANDES NETO DA SILVA

Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação

Revisão:

ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO

Gerente de Compras

FREDERICO NAKAHARA SILVA

Coordenador Administrativo Financeiro

Aprovação do Ordenador de Despesa:

Autorizo, aprovo, declaro e dou fé as laudas do presente Termo de Referência e Anexos, recomendando-o para balizamento da Licitação, com fundamento nos incisos VI, XX e XXIII do art. 6º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico

Portaria nº 79 de 30 de maio de 2023

[Publicada no DIOF 101 de 31 de maio de 2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO**, Gerente, em 08/02/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO FERNANDES NETO DA SILVA**, Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação, em 08/02/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO NAKAHARA SILVA**, Coordenador(a), em 08/02/2024, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Carrijo Bento Teixeira, Diretor(a)**, em 09/02/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045716589** e o código CRC **A042D098**.